

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.451 - MG (2018/0248738-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE MANHUAÇU
PROCURADORES : AUGUSTO MÁRIO MENEZES PAULINO E OUTRO(S) -
MG083263
SANDER RESENDE PEREIRA - MG043317
AGRAVADO : SONIA MARIA FERNANDES
ADVOGADO : FERNANDO CEZAR MIRANDA - MG076334

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11 DO CÓDIGO DE PROCESSO. CONHECE-SE DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO POR INTEMPESTIVIDADE - INOCORRÊNCIA - PRELIMINAR REJEITADA - DIREITO ADMINISTRATIVO - AÇÃO DE COBRANÇA - SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - NORMA REGULAMENTADORA - COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES INSALUBRES - LTCAT - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO - PAGAMENTO DEVIDO - REFLEXOS - BASE DE CÁLCULO - VENCIMENTO PAGO PELO ENTE PÚBLICO - VALORES A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - ADEQUAÇÃO DE OFÍCIO - HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO - SENTENÇA REFORMADA EM PARTE EM REEXAME NECESSÁRIO - RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

1. Não obstante o entendimento do Juiz singular,

deve ser conhecido, de ofício do reexame necessário, por se tratar de sentença proferida contra o Poder Público (artigo 496, caput, inciso I, do CPC / 2015), e por não encerrar, ainda, valor certo e líquido, não incidindo a exceção do § 3o. do artigo 496, do CPC/2015.

2. *Tempestivamente interposto, a rejeição da preliminar de não conhecimento do recurso voluntário se impõe.*

3. *É devido o pagamento de adicional de insalubridade quando aludida verba está regulamentada, além de demonstrada por LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho.*

4. *De acordo com expressa previsão do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais, o adicional de insalubridade deve incidir sobre o vencimento do cargo efetivo.*

4. *De acordo com expressa previsão do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais, o adicional de insalubridade deve incidir sobre o vencimento do cargo efetivo.*

5. *Nos termos da Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal, o salário mínimo não pode ser utilizado como fator indexador da base de cálculo do adicional de insalubridade pago aos servidores.*

6. *Sobre o valor da condenação imposta ao Ente Público, deve incidir correção monetária pelo IPCA, desde quando devida cada parcela, e juros de mora pelos índices da poupança, conforme determina o artigo 1o.-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, a partir da citação.*

7. *Tratando-se de sentença ilíquida proferida contra Ente Público na vigência do NCPC, o percentual dos honorários sucumbenciais deverá ser definido quando da liquidação do julgado, nos termos do artigo 85, § 4o., II, do referido diploma legal (fls. 124).*

2. Os Embargos de Declaração opostos (fls. 136/143) foram rejeitados (fls. 150/156), por unanimidade.

3. Em suas razões recursais sustenta a parte agravante

violação dos arts. 11, 489 do Código Fux, aduzindo, em suma, que a base de cálculo do adicional de insalubridade, segundo legislação específica, é o salário mínimo, e, considerando-se o teor da Súmula Vinculante 4/STF, fica a Municipalidade isenta do pagamento do referido adicional.

4. Ao Apelo Raro foi negado seguimento pela Presidência do Tribunal de origem (fls. 177/179), sobrevivendo interposição de Agravo (fls. 181/190).

5. É o relatório.

6. Ao manifestar-se sobre a questão posta a debate, o Tribunal de origem concluiu que:

Ainda que tenha reconhecido o pedido central, o Ente Público busca retificar a sentença, ressaltando como base de cálculo, para o adicional de insalubridade, o salário mínimo vigente. A propósito, no que toca ao adicional de insalubridade, assim reza a Lei Municipal 1.706/1991, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais:

(...).

Entretanto, não basta a previsão de incidência do adicional em questão, sendo necessário que ele esteja regulamentado, inclusive com explicitação dos níveis de insalubridade e correlatas indenizações. E, nesse contexto, verifica-se que a sentença hostilizada se arrimou, tanto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais, conforme já destacado, e na Lei Municipal 3.533/2015, da qual se extrai... (fls. 129/132).

7. Da leitura dos excertos acima transcritos, depreende-se que a Corte de origem concluiu pela incidência da remuneração do cargo efetivo como base de cálculo para o adicional de insalubridade com base nas Leis 1.706/1991 e 3.533/2015 do Município de Manhuaçu/MG.

8. Dessa forma, desconstituir tal premissa, implicaria,

necessariamente, em análise de tais normas legais.

9. Tal providência, no entanto, é vedada na via Especial, pelo óbice da Súmula 280/STF, aplicada ao caso concreto, por analogia. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ANÁLISE DE MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.

1. *Trata-se de ação em que busca o recorrente desconstituir acórdão que reconheceu a favor o recorrido o direito ao adicional de insalubridade e seus reflexos.*

2. *Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.*

3. *O Tribunal de origem dirimiu a questão da incidência do adicional de insalubridade disposto em lei municipal, sob o enfoque da Súmula Vinculante 4 do STF e da Lei Municipal 4.079/2007. Assim, inviável o reexame do acórdão recorrido ante o óbice da Súmula 280/STF: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário, bem como por não competir ao STJ o exame de matéria constitucional.*

4. *Recurso Especial não conhecido (REsp. 1.693.956/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2017).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LEI MUNICIPAL. SÚMULA 280/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 4o. E 5o. DA LINBD E 126 E 127 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADA.

1. *A análise da matéria do art. 102, IV, da Lei Orgânica do Município de Cajazeiras/PB não pode ser realizada pela via eleita,*

pois demandaria o exame de legislação local. Tal circunstância torna inviável o acolhimento do recurso especial, nos termos da aplicação analógica do enunciado n. 280 constante da Súmula do STF, que dispõe: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

2. *As matérias referentes aos arts. 4o. e 5o. da LINBD e 126 e 127 do CPC/1973 não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carecem os temas do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merecem ser apreciados, nos termos do que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.*

3. *O alegado dissídio pretoriano não foi comprovado nos moldes exigidos nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2o., do Regimento Interno do STJ, uma vez que a parte interessada apenas transcreveu as ementas dos julgados que entendeu favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes invocados como paradigmas e a constante do aresto impugnado.*

4. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 942.158/PB, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 27.10.2016).*

10. Ante o exposto, conhece-se do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial do MUNICÍPIO DE MANHUAÇU/MG.

11. Tendo em vista o disposto no art. 85, § 11 do Código Fux, fixam-se os honorários advocatícios recursais em 1% sobre o proveito econômico do presente Recurso, que deverão ser acrescidos ao montante total.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR